

UM ESTUDO DA HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO
ATRAVÉS DE CADERNOS ESCOLARES (1943-2010)¹
A study of the History of Literacy through school notebooks (1943-2010)

Eliane Peres²

RESUMO

Neste trabalho são analisados cadernos escolares de crianças em fase de alfabetização. A análise é feita a partir de um acervo de 119 cadernos, cujo período situa-se entre 1940 e o final da década de 2000. Esses cadernos foram coletados em escolas (do Rio Grande do Sul) e em famílias que os doaram especificamente para o desenvolvimento da pesquisa. A partir dos dados fornecidos por esses cadernos, é possível apresentar alguns aspectos referentes à história da alfabetização através de um estudo longitudinal e comparativo. Esse material indica ter havido algumas mudanças significativas, tanto do ponto de vista da materialidade do objeto quanto da proposta pedagógica de alfabetização ao longo das sete décadas analisadas. Do ensino do alfabeto, passando pelo método global e pelo “método silábico”, à perspectiva construtivista, esse suporte registra a história do ensino da leitura e da escrita no Brasil. Estes aspectos são apresentados e analisados neste estudo. Além disso, a questão do uso de cadernos escolares como fonte e objeto de pesquisa são aqui problematizados.

Palavras-chaves: alfabetização, cadernos escolares, ensino da leitura e da escrita.

ABSTRACT

This paper analyzes school notebooks of children beginning face of literacy. The analysis is made from a collection of 119 notebooks, during the period between 1940 and 2010. These notebooks were collected from schools of the state of Rio Grande do Sul and from families that have donated specifically for the research development. From the data provided by these notebooks, it is possible to present some aspects of the history of literacy through a comparative and longitudinal study. This material indicates that there has been some significant changes, both in terms of the materiality of the object and the pedagogical proposal of literacy over the seven decades analyzed. From teaching the alphabet, through the overall method and the “syllabic method,” to a constructivist perspective, these notebooks record the history of teaching reading and writing in Brazil. These aspects are presented and analyzed in this study. Moreover, the issue of using notebooks as a source and object of research are here problematized.

Keywords: literacy, school notebooks, teaching reading and writing.

¹ A primeira versão desse trabalho foi apresentada e publicada nos Anais do XV ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, realizado em Belo Horizonte, entre os dias 20-23 de abril de 2010. Integrou o painel História da alfabetização e da cultura escrita: perspectivas conceituais e discussão das fontes. Trata-se aqui de uma versão ampliada e modificada.

² Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: etperes@terra.com.br

Introdução

Este trabalho faz parte de um projeto mais amplo cujo objetivo principal é desenvolver estudos sobre história da alfabetização e sobre práticas escolares de leitura e escrita³. No âmbito desse projeto, temos feito um esforço para constituir acervos que revelem aspectos da história da alfabetização no Rio Grande do Sul. Já dispomos, entre outros, de uma centena de cartilhas escolares, de planejamentos de aula manuscritos de professoras, de exercícios escolares, de cartazes e outros materiais didáticos de alfabetização, além de cadernos de alunos. É a partir de parte desse acervo que propomos este trabalho, em especial, problematizando o uso de cadernos para a compreensão da alfabetização em uma perspectiva histórica.

O acervo compõe-se, atualmente, de 119 cadernos de crianças em fase de alfabetização. Para um estudo longitudinal do ensino da leitura e da escrita, temos procurado, inicialmente, organizar o acervo primeiramente por década e, para cada década, por anos disponíveis. Logo que o caderno é recebido essa classificação é realizada e o dado é registrado na tabela correspondente à década e ao ano com um número específico (por exemplo: Década de 1950; Ano: 1958; C1...). Esse procedimento permite, entre outras coisas, a percepção longitudinal da manutenção e da possibilidade de obtenção, para fins de pesquisa, desse objeto de caráter tão ordinário da cultura escolar. Contudo, esse objeto prosaico do cotidiano escolar, comum a todas as pessoas que passaram pela escola, é dificilmente preservado e guardado. Obter e organizar um acervo dessa natureza já é, por si só, um árduo esforço de pesquisa, porém não suficiente para o propósito que temos, ou seja, construir referenciais para uma história da alfabetização. Nessa direção, temos observado também que “quem reflete sobre as aprendizagens escolares não pode abstraí-las totalmente das condições ‘materiais’ de sua realização” (CHARTIER, A.M., 2007, p. 45).

Considerando-se as décadas, o acervo é assim constituído: 1940 – 02 cadernos; 1950 - 01; 1960 - 01; 1970- 08; 1980 – 11; 1990 – 22; 2000 – 72; sem datas especificadas – 02. Em relação à série ou ano escolar, os 119 cadernos são assim distribuídos: 09 são de Pré-escola (em que há atividades de ensino sistemático da leitura e escrita); 86 de 1ª série; 07 de 1º ano do ensino fundamental de nove anos; e em 17 cadernos não há a identificação de série, contudo as atividades referem-se ao ensino e aprendizagem inicial da língua materna.

Depois desse procedimento de classificação e incorporação do caderno ao acervo, iniciamos a descrição de cada um em uma Ficha Descritiva que foi elaborada especificamente para a pesquisa. A ficha contém 25 campos, os quais englobam desde a descrição da materialidade até a identificação do método de alfabetização utilizado. Esse último campo tem sido o mais difícil e é o que demanda mais tempo de discussão e trabalho para fins de preenchimento, uma vez que esse dado não é explícito. Nessa ficha

³ Esse projeto é desenvolvido no grupo de pesquisa denominado HISALES – História da Alfabetização, Leitura e Escrita e dos Livros Escolares, cadastrado no CNPq e ligado ao PPGE da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas.

há, também, no final, uma tabela (dia, atividade, observações) em que são descritas as principais atividades de cada dia de aula, oferecendo, assim, um “mapeamento” das aulas registradas em cada caderno.

Para além da dificuldade de organizar e analisar os próprios cadernos, uma outra dificuldade da pesquisa tem sido própria a localização desse material. Na medida em que se admite que a História “se faz a partir de qualquer traço ou vestígio deixado pelas sociedades passadas e que, em muitos casos, as fontes oficiais são insuficientes para compreender aspectos fundamentais” [do cotidiano escolar] (LOPES & GALVÃO, 2001), precisa-se criar a cultura da preservação de determinados materiais (como diários de classe, cadernos, livros, exercícios, provas, etc., fontes com as quais temos trabalhado no campo da história da alfabetização). Nesse sentido, nosso trabalho abarca pelo menos três dimensões: a primeira é exatamente o esforço de criação de uma cultura de valorização e consequente preservação desse material; a segunda, o debate e as estratégias efetivas de políticas de acervo; por último, a (re)invenção de metodologias de exploração e de análise dessa fonte e objeto de pesquisa ao mesmo tempo tão “fascinante e enigmática” (CHARTIER, A.M., 2007, p. 23).

O propósito de trabalhar com cadernos de alunos em fase inicial de aprendizagem da leitura e da escrita é o de construir referências para uma história da alfabetização, entendida como a história do ensino da leitura e da escrita na fase inicial da escolarização. A perspectiva histórica, como define Compère (1995), supõe: definir inicialmente uma problemática de pesquisa e formular as questões de investigação, considerando que na construção de um objeto histórico o ato primeiro não é, como a tradição positivista anunciava, a procura de documentos, mas a proposição de um questionamento; desenvolver o trabalho de coleta dos dados, *garimpando e produzindo* fontes; confrontar interna e externamente um *corpus* documental; inserir a problemática em um campo conceitual e metodológico - já que “toda a construção intelectual necessita de conceitos e a história não escapa a essa necessidade” (COMPÈRE, 1995, p. 83); desenvolver *modos de exploração e formas de leitura* dos documentos; *dialogar* incessantemente relacionando a teoria, os dados e as questões de pesquisa; dar inteligibilidade, em forma de texto, a um conjunto inicial e aparentemente desconexo, de questionamentos, de dados, de problemas, de fontes, constituindo um quadro explicativo de uma dada realidade. É Compère (1995), ainda, quem sintetiza bem o processo da pesquisa histórica ao afirmar que “o trabalho próprio do historiador não consiste somente em definir um objeto de estudo: ele deve simultaneamente inventar, para construir, um *corpus* original, determinar um método de exploração, e tornar transparentes aos olhos do leitor as regras de elaboração da narrativa histórica” (p. 91).

Nessa direção temos procurado investigar a alfabetização em uma perspectiva histórica, tomando como referência cadernos de crianças em fase inicial do processo de escolarização. Nossas questões giram fundamentalmente em torno de como o ensino da leitura e da escrita tem se efetivado ao longo das décadas nas salas de aula, em especial de escolas gaúchas.

1. Os cadernos como fonte e objeto de estudo da alfabetização

Como afirmou Chartier, A.M. (2007, p. 23), considerando que o caderno escolar é, ao mesmo tempo, uma fonte (ou objeto) de investigação “fascinante e enigmática, difícil de tratar e de interpretar, justamente por sua aparente banalidade”, tem-se tentado extrair do material, de forma articulada e comparativa, alguns elementos de análise. Observando que Gvirtz (1999, p. 29) indica que “el cuaderno de clase es uno de los pocos elementos de la práctica escolar que ha sufrido un significativo proceso de naturalización”, procuramos analisar esse suporte da escrita, como denomina Hébrard (2001), ou dispositivo escritural, como caracteriza Chartier, A.M. (2002), ou, ainda, “objeto-memória”, conforme Mignot (s/d), na perspectiva de “desnaturalizá-lo” e problematizá-lo. Trabalhamos também na perspectiva de Viñao (2008, p. 16), que entende os cadernos como uma produção infantil, um espaço gráfico e um produto da cultura escolar.

O estudo de Gvirtz (1999) destaca a relevância do uso do caderno como fonte privilegiada do registro do ensino e aprendizagem escolar. O caderno não é mero suporte físico, pelo contrário é um dispositivo que gera efeitos na dinâmica da sala de aula, através da interação dos alunos e professores na realização da tarefa escolar, além de um instrumento fortemente normatizado e ritualizado que contempla em sua estrutura o ensinado, o conhecimento do aluno e a sua avaliação.

Como dispositivo escritural (CHARTIER, A.M., 2002), o caderno ganhou paulatinamente, ao longo do século XX, espaço como objeto escolar associado à disciplina, à higiene, ao controle do trabalho dos alunos. Mais do que um suporte da escrita, o caderno dos alunos impõe ordenamentos temporais, espaciais, corporais, intelectuais, que são próprias da escola. Os cadernos que registram o processo de ensino e aprendizagem inicial da língua escrita revelam-se altamente padronizados. Há uma escrita invariavelmente uniforme indicando justamente para o caderno escolar como um dispositivo disciplinar e higiênico. Escrever bem, escrever corretamente, de forma constante, copiando repetidamente sílabas e palavras são atividades centrais no processo de aprendizagem da leitura e da escrita que aparecem recorrentemente nos cadernos de alunos em fase inicial da escolarização, como revelam o acervo que reunimos. Segundo Hébrard (2001), o caderno escolar cumpre, também, o importante papel de “apresentar” o trabalho escolar para a família servindo como objeto de controle que ordena o espaço e o tempo do trabalho na escola.

Consideramos que o “caderno de alfabetização” é uma fonte importante que auxilia na compreensão dos processos de ensino da língua escrita e possibilita pensar sobre o que se considera relevante para ser registrado pelos alunos no conjunto das atividades escolares, em especial aquelas atividades referentes à leitura e à escrita. No trabalho com os cadernos, é importante ter-se em conta que, por um lado, eles revelam indícios de práticas, demonstram escolhas e opções teóricas e metodológicas das professoras, concepções de língua e ensino, mas, por outro, possuem limitações enquanto objeto-fonte de investigação, uma vez que, obviamente, eles não dizem tudo do cotidiano de sala de aula, das professoras e dos alunos. Nem tudo o que se passa em sala de aula é registrado – aliás, a cultura oral é

um aspecto importante que precisa ser considerado no processo ensino-aprendizagem – e nem o que está registrado foi efetivamente ensinado ou aprendido. Mesmo sabendo disso, consideramos o caderno uma fonte histórica “preciosa” que indica aspectos do trabalho desenvolvido no ensino da língua escrita e que, portanto, pode contribuir, não só como registro da história dos processos de alfabetização, mas como possibilidade concreta de problematizar o “vivido” na sala de aula (VIÑAO, 2008; HÉBRARD 2001).

Bogdan e Biklen (1994) caracterizam os cadernos como documentos pessoais. O uso mais comum desses materiais nas pesquisas qualitativas tem sido a utilização deles como fonte, cumprindo o papel de objeto-fonte de pesquisa. Há, portanto, documentos pessoais que os sujeitos escrevem como, por exemplo, os diários íntimos, e aqueles que são produzidos sob a orientação de alguém, como de um professor. Os cadernos se enquadram nesse último grupo e são considerados como diários, “mas muito menos íntimos” (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 178).

Nessa perspectiva, poderíamos então denominar o acervo em questão como “diários dos processos de ensino escolar da leitura e da escrita”, que cobrem o período de sete décadas, dos anos 40 até os anos 2000, e que, mesmo inseridos em um tempo e espaço específicos (Rio Grande do Sul), revelam indícios (GINZBURG, 2007) do que tem sido a alfabetização no Brasil, muito especialmente no que diz respeito aos métodos e processos de ensino da língua materna, as atividades desenvolvidas em sala de aula, as mudanças e permanências no que tange à inserção das crianças na cultura escrita. Eles são parte importante da história e da memória do ensino da leitura e da escrita no Brasil.

2. A alfabetização nos cadernos: alguns aspectos gerais

Os cadernos do acervo com data mais longínqua são os dos anos 40: 1943 e 1947. O primeiro sem capa e com a identificação apenas da escola (Colégio Eduardo Carlos Pereira), e o segundo de ensino doméstico (segundo informações da doadora). Ambos contêm exercícios caligráficos do alfabeto, das letras e das sílabas, indicando possivelmente para influências do “método da soletração” (aprender o alfabeto de “cor” e as combinações silábicas). Copiar o alfabeto ou sílabas soltas são as atividades mais recorrentes nesses dois casos (embora utilizados em espaços institucionais diferentes).

Considerando as décadas de 50 e 60 há apenas um caderno para cada período, mais especificamente um é de 1958 e o outro de 1960. Em ambos os casos, há registro do uso do método global ou analítico para o ensino inicial da leitura e da escrita, ou seja, nesse caso, os procedimentos são baseados na palavração, na sentença ou conto desde o início da alfabetização.

O caderno de 1958 é de um menino, morador do interior do estado do Rio Grande do Sul, que foi alfabetizado pelo método global da palavração. Os anos 50 marcam a emergência da utilização do método global no Rio Grande do Sul, cuja base é a palavra, a sentença ou o conto (PERES & PORTO, 2004). O uso de unidades menores da língua como a letra, o fonema ou a sílaba foi amplamente condenado nesse período. A ideia de que o “sentido fixava a forma” era corrente entre os defensores do chamado método

global ou analítico. No caso do Rio Grande do Sul, a produção de cartilhas – chamadas de *pré-livro* como forma de negação aos procedimentos didáticos baseados no método sintético – foi significativa (PERES, 2008; PERES & FACIN, 2010). Duas delas aparecem nos cadernos, tanto no de 1958 quanto no de 1960. Nesse sentido, o caderno escolar remete ao livro didático, permitindo conhecer, como indicou Viñao (2008), quais e como eram utilizados os livros de textos no cotidiano escolar.

A referência aos personagens *Olavo* e *Élida*, presentes ao longo do caderno de 1958, permite identificar a cartilha utilizada: *A cartilha do Guri*. Parte de uma coleção, *Coleção Guri*, cujas autoras são Rosa M. Ruschel e Flávia E. Braun, publicada pela Tabajara Editora, essa cartilha tem como base a palavração.

Além de palavras e frases, em letra cursiva e *script*, há muitos números (seqüências: 21, 22, 23...) e operações de adição e subtração. Em cada página, praticamente, há um pequeno desenho colorido ou um carimbo, presença, aliás, em quase todos os cadernos.

Apesar de estar encapado com papel das Lojas Renner, a capa original é acessível e indica os seguintes dados: CADERNO ESCOLAR PALMEIRA. Casa Editora Fábrica de Livros em Branco ROTERMUND & CIA LTDA – SÃO LEOPOLDO.

Essa também é a identificação do caderno de 1960 que, aliás, é de um aluno da mesma família do “proprietário” do caderno de 1958. Dois anos depois, o irmão alfabetiza-se na mesma cidade (Três de Maio, interior do RS) e também com o método global, indicando a hegemonia e a permanência desse método no Rio Grande do Sul nesse período. Contudo, nesse caso, a cartilha utilizada foi *Marcelo, Vera e Faísca*, cuja base é, também, a palavração. Cópias de pequenos textos, frases e palavras, ditado, são as principais atividades relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita.

Nesse caso, ainda, é utilizada apenas a letra *script*. A questão do tipo de letra a ser usada no ensino da escrita foi um tema controverso no Rio Grande do Sul até o final dos anos 60 (PERES, 2003). A orientação para o uso da letra *script* nesse período baseava-se naquilo que eram consideradas suas vantagens: legibilidade, nitidez, facilidade de aprendizagem, semelhança com a letra de imprensa, simplicidade e beleza (PERES, 2003).

Assim sendo, os cadernos vão revelando as diferentes práticas e representações (CHARTIER, R., 1990) do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita. Nessas sete décadas (1940-2000) que os cadernos permitem acompanhar, a alfabetização revela-se um processo histórico de continuidades e rupturas simultaneamente.

Entendemos, como Chartier, A.M. (2007, p. 23), que os cadernos revelam as formas de introdução das gerações mais jovens em uma certa cultura escrita. Viñao (2008, p. 17) argumenta que os cadernos escolares “constituem a fonte mais idônea, caso exista, para o estudo do ensino, da aprendizagem e dos usos escolares da língua escrita, ou seja, da alfabetização escolar e da difusão, nesse âmbito, da cultura escrita”. Para Hébrard (2001, p.121), trata-se de “um testemunho precioso do que pode ter sido e ainda é o trabalho escolar de escrita”. Além disso, o autor indica que estudos dos cadernos demonstram que as atividades escolares são guiadas “por uma preocupação constante de limpeza, de boa manutenção, de elegância ingênua ou afetada”, ou seja, havia uma preocupação em “fazer do caderno o pequeno teatro do saber escolar” (HÉBRARD, 2001, p.137).

Os cadernos com os quais trabalhamos revelam que a “boa escrita” – homogênea e uniforme – tem sido um saber escolar preservado e ‘perseguido’ no processo de alfabetização. Ordem, capricho, repetição, homogeneidade do traçado são algumas das características desse material. Para Viñao (2008, p. 23) a razão para isso parece óbvia: “o ‘efeito estético’ tem também um sentido ético, regularizador e disciplinar” (...).

Observados os casos dos cadernos das décadas 40, 50 e 60, para as demais décadas é possível separá-los em dois conjuntos, se tomarmos a questão da alfabetização especificamente: um deles apresenta uma concepção associacionista ou “tradicional” de alfabetização, com ênfase no “método silábico”, e o outro apresenta indícios da concepção psicogenética da língua escrita. Soares (2004, p. 89) argumenta que essas duas concepções são “diametralmente diferentes, e até conflitantes”. Diz ainda a autora:

Uma concepção associacionista do processo de aquisição da escrita considera o método fator determinante da aprendizagem, já que seria por intermédio da exercitação de habilidades hierarquicamente ordenadas que a criança aprenderia a ler e a escrever; uma concepção psicogenética, ao contrário, considera ser o aprendiz o centro do processo, já que o vê como sujeito ativo que define seus próprios problemas e constrói, ele mesmo, hipóteses e estratégias para resolvê-los (SOARES, 2004, p. 89).

Essas duas perspectivas “diametralmente diferentes” implicam práticas de alfabetização também opostas que se revelam nas atividades e exercícios propostos pelas professoras, no uso de diferentes materiais, nos procedimentos didáticos, e que estão registrados nos cadernos, como se pode perceber ao descrever nas fichas analíticas cada um dos 119 cadernos.

No primeiro conjunto de cadernos que expressam uma prática de alfabetização baseada na silabação, há ênfase na codificação e decodificação, na gradação das dificuldades, na cópia e na reprodução de frases “acartilhadas”. As atividades de “encher linhas” de letras, sílabas e palavras predominam nesse caso. Os estudos específicos do campo da história da alfabetização indicam que os anos 70 tiveram forte influência da linguística e, com isso, a ascendência dos métodos sintéticos, em especial, aqueles que utilizam o processo silábico ou fonético para o ensino da leitura e da escrita. Essa perspectiva, contudo, permanece e coexiste com a chamada tendência “construtivista”, revelada no segundo conjunto de cadernos. Nos anos 90 e 2000, mesmo após o período da chamada “revolução conceitual”, caracterizado pela difusão, no Brasil, dos trabalhos de Emília Ferreiro e seus colaboradores (MELLO, 2007), o uso da silabação para alfabetizar as crianças é corrente, segundo revelam os cadernos do acervo.

Em relação ao “método silábico”, para o caso da França, por exemplo, Chartier e Hebrard (2001) afirmam que o mesmo se impõe no período republicano de Jules Ferry – década de 80 do século XIX – quando efetivamente o método da soletração caiu em descrédito.

No Brasil, embora desde o final do século XIX a querela dos métodos se impôs, entre, de um lado, os defensores dos métodos sintéticos e, de outro, dos analíticos (MORTATTI, 2000), o “método da silabação” experimentou uma expansão vertiginosa em especial com a publicação, a distribuição às escolas e o uso da Cartilha *Caminho Suave*, de Branca Alves de Lima, que vendeu 40 milhões de exemplares desde a sua 1ª edição, nos anos 40 (MACIEL, 2002).

Desde então, o uso do “método silábico” representa a “invenção de uma tradição” (HOBSBAWM, 1997) que se mantêm nas práticas de alfabetização independente dos discursos acadêmicos e oficiais, especialmente dos anos 90 caracterizados como *construtivistas* que, entre outras coisas, questionaram os chamados “métodos tradicionais”.

Contudo, para meados dos anos 90 e anos 2000, os cadernos revelam algumas diferenças significativas em relação à alfabetização e, também, à materialidade desse suporte, a começar pelo tamanho e pela capa: são cadernos grandes (27,5x20), de espiral, cujas capas retratam artistas de televisão e de filmes, jovens “sarados”, personagens infantis, natureza, etc, diferentemente das capas mais “assépticas” dos anos 50 até 70 do século XX.

Especificamente em relação ao ensino da leitura e da escrita, percebe-se o investimento na implementação de uma prática pedagógica pautada em outros princípios e concepções que não são unicamente inerentes ao “método silábico”. Os registros revelam, por exemplo, que as professoras trabalham desde o início com todas as letras do alfabeto, e vão ao longo do trabalho, apresentando e explorando uma a uma, na maioria das vezes relacionadas a textos ou palavras. Em muitos casos, as atividades dos primeiros dias de aula centram-se na exploração dos nomes dos alunos. São vários os exercícios que indicam a análise dessas palavras e de outras, como contagem do número de letras dos nomes, identificação da letra inicial e final, comparação de nomes que começam com a mesma letra ou com o mesmo fonema.

Nos cadernos em que os textos aparecem, há um trabalho menos significativo com a cópia (de letras, de sílabas, de palavras ou de textos “prontos”) e mais intenso de produção de textos, o que não significa prescindir do trabalho com letras, sílabas e palavras, ou seja, com a sistematização da escrita alfabética. Moraes e Albuquerque (2006, p. 69) alertam que o acesso ao mundo letrado “pressupõe (...) que o aprendiz possa vivenciar, no cotidiano escolar, situações em que textos são lidos e escritos porque atendem a uma determinada finalidade”. O discurso acadêmico e editorial do letramento parece ter tido alguma ressonância nas práticas de alfabetização⁴.

Nessa caracterização mais geral do acervo de 119 cadernos que dispomos, podemos constatar que a história da alfabetização constitui-se de continuidade e rupturas, da

⁴ Para Soares (1998, p. 18), letramento é “o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita”. Kleiman (2001, p. 19) define o letramento como “um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”. Para Ribeiro (2005, p. 19) o conceito de letramento como fenômeno social complexo abarca “diversos graus e tipos de habilidades de uso da língua escrita e seu uso efetivo em práticas sociais, assim como o modo como indivíduos e grupos atribuem significados a essas habilidades e práticas”.

coexistência de diferentes e até divergentes práticas de ensino da leitura e da escrita em um mesmo momento histórico. Nessa direção, temos tentado caracterizar o que se altera e o que se mantém ao longo dessas décadas nesse suporte da escrita. Uma das atividades recorrente nos cadernos ao longo das décadas é o ditado. Por essa razão, apresentamos algumas questões referentes a essa secular atividade escolar (CHERVEL & MANESSE, 1989).

3. O ditado escolar: mesma atividade, sentidos diferentes?

O clássico estudo de Chervel & Manesse (1989), *La Dictée: Les français et l'orthographe, (1875-1987)*, indica que, desde o século XIX, alguns inspetores gerais usam o ditado como forma de avaliação em grande escala a fim de testar o nível dos alunos e a competência dos professores. Segundo Chartier, A.M. (2007, p. 33), “nessa época, o ditado torna-se um exercício habitual para aprender a ortografia francesa”.

Nesse período, século XIX, ainda segundo Chartier (2007, p. 35), “por meio do ditado, o francês estava em vias de se tornar uma língua ‘sagrada’, intocável. A era do latim terminara”. Para a autora, o ditado permitia a verificação da excelência ortográfica em francês e, mais do que isso, “através da ortografia, toda a cultura primária era julgada” (p. 35).

A autora indica que o ditado, ao lado do problema de aritmética, era um exercício que poderia ser executado coletivamente de forma padronizada e corrigido objetivamente verificando os erros imediatamente. Além disso, a habilidade gráfica dos alunos também poderia ser avaliada. Para o professor, o exercício era “muito cômodo”. Havia, segundo Chartier, A.M. (2007), uma finalidade clara, ou seja, o controle da correção ortográfica. Além disso, sempre foi um exercício que “mobilizava a atenção geral, instalava um grande silêncio na sala, durava exatamente o mesmo tempo para todo mundo, os alunos corrigiam eles mesmos sob o controle do mestre e a nota vinha imediatamente” (2007, p. 34).

Por fim, para Chartier, A.M. (2007, p. 35), “a história do ditado mostra que não é somente o desempenho dos alunos que está em questão. Se esse exercício, apesar de modesto, se tornou um ritual tão consagrado, é porque ele manifesta certa concepção da cultura escrita (...)”. É assim que temos percebido os ditados nos cadernos do acervo em pauta.

Nos 119 cadernos, ao longo das décadas, o ditado aparece sob diferentes formas, nomenclaturas e com diferentes tipos de correções. Aparece apenas como “ditado”, no qual o aluno provavelmente, via de regra, escreve a palavra ditada oralmente; como “autoditado”, devendo identificar a figura colada no caderno e escrever a palavra correspondente; na forma de “ditado de frases”, quando é ditada a sentença inteira; como “ditado mudo”, provavelmente, a partir da visualização de imagens, gravuras, figuras feitas pela professora.

Um dos cadernos do acervo, datado de 1986, é exclusivo para ditado, e há 52 registrados, todos do 2º semestre letivo. É de um menino e não apresenta referência de cidade ou escola. O primeiro ditado é datado de 07/08/1986 e o último de 21/11/1986. Trata-se de ditados de palavras correspondentes a determinada lição estudada, de sentenças

ou de ambas conjuntamente (frases e palavras no mesmo ditado). A correção é feita à caneta (pela professora) até a data de 20 de outubro, depois disso aparentemente passa a ser feita pelo próprio aluno (marca de ‘certo’ a lápis e palavras de elogio com a letra do aluno: “Parabéns!”, “Muito Bom!”, “Legal”, etc).

No conjunto dos cadernos, há formas diferentes de correção dos ditados. Palavras incorretas são copiadas pela professora à caneta nas linhas seguintes e o aluno repete várias linhas (“encher linha”); há casos em que a professora completa a caneta a letra omitida sobre a própria escrita do aluno ou reescreve toda palavra sobre a que foi registrada incorretamente. Para o caso dos cadernos que revelam certa apropriação do discurso construtivista, a partir dos anos 90, há muitos casos em que mesmo a palavra não sendo escrita corretamente a professora considera correta no caso em que apenas a primeira sílaba esta grafada corretamente ou mesmo quando há uma letra (em especial a inicial) com o valor sonoro correspondente; por exemplo, uma criança escreveu, em determinado caderno, “KEASIA” para “CANETA” e foi sublinhado, pela professora, o “KEA”, sendo considerada correta (K=CA; E=NE; A=TA), com marca de certo (C) (C8; Década 2000; Ano: 2007).

Os cadernos dos anos 2000 indicam, portanto, também na atividade do ditado, a influência da chamada teoria construtivista de alfabetização. Nesses casos, ao que tudo indica, o ditado serve menos para avaliar o controle da correção ortográfica e mais para que as professoras identifiquem os níveis de compreensão da língua escrita das crianças (pré-silábico, silábico, silábico-alfabético, alfabético), de acordo com a psicogênese da língua escrita (FERREIRO & TEBEROSKY, 1985). Nesse sentido, o tradicional exercício da escola primária mantém-se, mas o seu principal objetivo altera-se, o da avaliação ortográfica. Isso revela aquilo que Chartier, A.M., (2007) indica: o quanto o ditado manifesta não só certa concepção da cultura escrita, mas especificamente uma concepção de ensino da leitura e da escrita. Nos cadernos, há uma estreita relação entre os métodos ou perspectivas de alfabetização utilizados e a forma de realização e de correção da atividade do ditado.

Como nos cadernos do acervo há a predominância do uso do “método silábico” de alfabetização, a grande maioria dos ditados é de palavras isoladas, das lições estudadas. Ao final de cada lição há, portanto, o ditado referente à “família silábica” estudada no dia ou na semana, indicando novamente uma relação entre a perspectiva de alfabetização e a realização. Além disso, nos cadernos da década de 1990 e em grande parte dos da década de 2000, o uso do mimeógrafo transformou não só a composição do caderno, mas também o “suporte” do ditado. Aquilo que antes era escrito nas linhas do caderno a lápis, a partir desse período, passa a ser também escrito em folhas avulsas mimeografadas, muitas delas com desenhos que são coloridos pelos alunos, com detalhes em canetas multicores, e que, posteriormente, são coladas no caderno. Contudo, embora o suporte tenha mudado, a atividade permanece. Nesse sentido, podemos indagar, como o fez Chartier, A.M. (2007, p. 34): (...) “Como se espantar com o fato de que, apesar de todas as críticas, o ditado tenha sobrevivido a todas as reformas pedagógicas até o século XXI?”. Segundo Chervel e Manesse (1989, p. 129), o ditado continua sendo a atividade mais tradicional da escola

primária e com forte valor simbólico. Pelo acervo que dispomos, podemos dizer que ele se impõe, por mais de meio século, como atividade essencial no processo inicial de aprendizagem da língua escrita.

Considerações finais

Neste trabalho, tomamos os cadernos das crianças como uma “produção infantil, um espaço gráfico e um produto da cultura escolar” (VIÑAO, 2008, p. 16), em especial, um produto da “cultura da alfabetização escolar”. Como espaço gráfico, suporte da escrita (HÉBRARD, 2001) ou dispositivo escritural (CHARTIER, A.M., 2002), consideramos que os cadernos são mais do que suportes físicos (GVIRTZ, 1999), são dispositivos normatizados e ritualizados que, como afirma Gvirtz, indicam o ensinado em sala de aula, o conhecimento proposto e a sua avaliação. Como Vinão (2008), Hebrard (2001) e Chartier, A.M., (2007), apostamos no caderno escolar como um objeto-fonte “precioso” para o estudo do ensino e dos usos escolares da língua escrita.

Do trabalho com o acervo de 119 cadernos de crianças em fase de alfabetização que dispomos nesse momento, queremos salientar o seguinte: 1) a constituição de um acervo dessa natureza é lenta e difícil, uma vez que esse suporte é descartável e desvalorizado após seu uso; contudo, algumas pessoas que o guardam fazem-no pelo valor sentimental, sendo, portanto, difícil – compreensivamente – sua doação; 2) o uso recente do caderno como objeto-fonte ainda requer a construção de metodologias de análise desse dispositivo; 3) problematizar e analisar a história da alfabetização através dos cadernos supõe um trabalho coletivo, que ainda está para ser feito. Muitas perguntas se colocam: o que efetivamente revelam? O que escondem? Quais são os limites dessa fonte-objeto? Quais indagações pode o pesquisador fazer ao folhear um caderno? Quais as relações possíveis de estabelecer? Como a história da alfabetização pode ser construída levando-se em conta os cadernos que foram preservados pelo tempo? Procurar responder essas questões e enumerar tantas outras possíveis e necessárias é tarefa para um coletivo de pesquisadores.

Em nosso caso, temos tentado problematizar tanto as concepções e práticas de alfabetização que esse dispositivo permite revelar quanto as atividades e os exercícios propostos às crianças. No caso dos cadernos que dispomos, como mostramos nesse trabalho, há a predominância de duas perspectivas de alfabetização: a primeira, o uso do “método silábico”, com ênfase na codificação e decodificação, na gradação das dificuldades, na cópia e na reprodução de frases “acartilhadas”. A principal atividade desses cadernos é “encher linhas” de sílabas soltas e de palavras, o que perdura fortemente até os últimos cadernos coletados, os de 2010. A segunda perspectiva demonstra a influência das chamadas teorias construtivistas, a partir da psicogênese da língua escrita de Emília Ferreiro. Nesses cadernos, aparecem produções de textos e trabalho sistemático com esses mesmos textos, a partir dos quais são exploradas palavras, sentenças, sílabas e letras. O inverso também aparece: atividades que partem das menores unidades da língua até a produção de um texto. Nelas, o nome das crianças aparece como um referencial importante para o ensino da leitura e da escrita.

Também na forma de fazer e corrigir o ditado, enfatizado nesse trabalho, a perspectiva da psicogênese da alfabetização deixa “marcas” nos cadernos: o tradicional sinal de errado (X) ao lado das palavras desaparece quase que totalmente. Em seu lugar, via de regra, um sinal de certo (C) ou um traço à caneta sob as letras (às vezes correspondente apenas ao valor sonoro) ou as sílabas que correspondem à palavra ditada (Ex: KANIGO = CANUDO. C8; Década 2000; Ano: 2007).

Por fim, para concluir, salientamos que os cadernos escolares oferecem promissoras possibilidades para estudos e análises dos processos de alfabetização, do cotidiano das salas de aula, em especial em uma perspectiva histórica, uma vez que “capturar” o que aconteceu em uma sala de aula, no passado, é tarefa das mais difíceis, equivalendo, como apontou Cuban (1992), ao trabalho do paleontologista:

O historiador da sala de aula está na mesma situação que o paleontologista que cuidadosa e suavemente tira a poeira de um fragmento de mandíbula de um aparente ancestral humano. O osso é um fragmento infinitesimalmente pequeno do esqueleto; o esqueleto é uma fração ainda menor da população que os cientistas querem descrever. (...) Capturar o que aconteceu numa sala de aula depois do acontecido é similar, mas não idêntico, à busca que faz o paleontologista por evidências relevantes (CUBAN, 1992, p. 112).

No caso da pesquisa com cadernos escolares, a disposição deve ser, sem dúvida, de um paleontologista em trabalho de campo: cuidadoso, paciente e alguém que sabe, acima de tudo, valorizar todos os “pequenos fragmentos” encontrados.

O trabalho com a constituição e problematização de um acervo de cadernos para “olhar” a questão da alfabetização nos remete, por fim, as palavras de Darton (2010, p. 78) quando diz que: “escrever a história a partir de arquivos é reunir as poucas peças que conseguimos obter para formar a imagem mais significativa possível dentro de nossas capacidades”.

Há limites no que propomos, sabemos disso. Mas há elementos da história da alfabetização que podem ser melhores compreendidos analisando esse objeto tão ordinário da cultura escolar: os cadernos, de uso cotidiano e extensivo pelo menos ao longo do século XX e ainda na primeira década do século XXI. Até quando não podemos prever...

Referências

- BOGDAN, Robert & BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 1994.
- CHARTIER, Anne Marie. Um dispositivo sem autor: cadernos e fichários na escola primária. *Revista Brasileira de História da Educação*. N° 3. Campinas, SP: Autores Associados, janeiro/junho, 2002.
- CHARTIER, Anne Marie. Exercícios escritos e cadernos de alunos: reflexões sobre práticas de longa duração. In: CHARTIER, Anne Marie. *Práticas de leitura e escrita*. História e atualidade. Belo Horizonte: Autêntica. CEALE. Coleção Linguagem e educação, 2007.

- CHARTIER, Anne-Marrie & HÉBRARD, Jean. Método Silábico e Método Global: alguns esclarecimentos históricos. *História da Educação*. Pelotas: ASPHE/UFPeL, n.10, p.142-154, outubro, 2001.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHERVEL, André & MANESSE, Danièle. *La dictée*. Les français et l'orthographe. 1873-1987. Paris: INRP, Calmann-Lévy, 1989.
- COMPÈRE, Marie-Madeleine. *L'histoire de l'Éducation en Europe*. Essai comparatif sur la façon dont elle s'écrit. Paris: Peter Lang/INRP, 1995.
- CUBAN, Larry. Como os professores ensinavam: 1890-1980. *Teoria e Educação*. Porto Alegre: Pannonica, n° 6, 1992. p. 115-127.
- DARTON, Roberto. *A questão dos livros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FERREIRO, Emília & TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. Morfologia e história. 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GVIRTZ, Silvina. *El discurso escolar através de los cuadernos de clase*. Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires, 1999.
- HÉBRARD, Jean. Por uma bibliografia material das escritas ordinárias: o espaço gráfico do caderno escolar (França – séculos XIX e XX). In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas/SP: Editora Autores Associados, n° 1, p.115-141, jan. / jun. 2001.
- HOBSBAWM, Eric. Introdução. A invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo, Paz e Terra, 1997.
- KLEIMAN, Ângela. Introdução: o que é letramento? Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Ângela (org.). *Os significados do letramento*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2ª reimpressão, 2001.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira & GALVÃO, Ana Maria. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MACIEL, Francisca Izabel Pereira. As cartilhas e a história da alfabetização no Brasil: alguns apontamentos. *História da Educação*. Pelotas: ASPHE/UFPeL, vol.6, n.11, p. 147-168, abril, 2002.
- MELLO, Márcia Cristina de Oliveira. *Emília Ferreiro e a alfabetização no Brasil: um estudo sobre a Psicogênese da língua escrita*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. *Um certo objeto-memória: apontamentos sobre cadernos escolares*. s/d Disponível em <http://www.lab-eduimagem.pro.br/frames/seminarios/pdf/commig.pdf>. Acessado em 12/12/2008.

MORAIS, Artur Gomes & ALBUQUERQUE, Eliana Borges C. Alfabetização e letramento: O que são? Como se relacionam? Como “alfabetizar letrando”? In: ALBUQUERQUE, Eliana Borges C. e LEAL, Telma Ferraz. *Alfabetização de Jovens e Adultos*. Em uma perspectiva de letramento. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Os sentidos da alfabetização*. São Paulo – 1876/1994. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.

PERES, Eliane. O ensino da linguagem na escola pública primária gaúcha no período da renovação pedagógica (1930-1950). In PERES, Eliane e TAMBARA, Elomar (orgs). *Livros escolares e ensino da leitura e da escrita no Brasil (séculos XIX-XX)*. Pelotas: Seiva Publicações e FAPERGS, 2003.

PERES, Eliane & PORTO, Gilceane Caetano. A produção e a circulação de cartilhas do Método Global de Contos de ensino da leitura no Rio Grande do sul (décadas de 40-70). In: LEAHY-DIOS, Cyana (Org.). *Espaços e tempos de educação*. Rio de Janeiro: Brasa/C.L. Edições, 2004.

PERES, Eliane. Autoras de obras didáticas e livros para o ensino da leitura produzidos no Rio Grande do Sul: contribuições à história da alfabetização (1950-1970). *Educação Unisinos*, v. 12, 2008. p. 111-121.

PERES, Eliane & FACIN, Helenara P. A produção didática da professora Nelly Cunha e suas contribuições para o ensino da leitura no Rio Grande do Sul (décadas de 1960-1980). In: SCHWARTZ, Cleonara; PERES, Eliane; FRADE, Isabel Cristina A. S.. (Org.). *Estudos de História da Alfabetização e da Leitura na Escola*. 1 ed. Vitória, ES: EDUFES, v. 1., 2010,

RIBEIRO, Vera Masagão. Uma perspectiva para o estudo do letramento: lições de um projeto em curso. In: KLEIMAN, Ângela e MATENCIO, Maria de Lourdes M. *Letramento e Formação do Professor*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005.

SOARES, Magda. *Letramento*. Um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*. Jan-Fev-Mar-Abr, N° 25, 2004.

VIÑAO, Antonio. Os cadernos escolares como fonte histórica: aspectos metodológicos e historiográficos. In: MIGNOT, Ana Chrystina V. *Cadernos à vista: Escola, memória e cultura escrita*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

*Recebido em março de 2011
Aprovado em junho de 2011*